

**Veículo:** *O Estado de S.Paulo* – coluna Espaço Aberto

**Data:** Maio/2004.

## **FMI em foco**

*Fernando Henrique Cardoso*

O FMI moveu uma pedra na direção certa. Desde há muito o governo brasileiro manifesta sua inconformidade com a existência de duas formas de contabilizar os investimentos públicos: se na Europa, os gastos não são computados como déficit; se na América Latina, aumentam o déficit.

Na reunião dos governadores do BID que se realizou em Fortaleza, em março de 2002, fiz um discurso forte mostrando essa discrepância. A segunda pessoa na hierarquia do Fundo, a economista americana Anne Krueger, estava presente. Depois disso conseguimos mudar o critério no que se refere aos investimentos feitos por empresas públicas não dependentes do Tesouro, como no caso da Petrobrás. Agora parece ter havido novo avanço: o Fundo aceitou ampliar experimentalmente seu critério, permitindo que alguns investimentos públicos feitos na área de infra-estrutura sejam excluídos do déficit. Isso, naturalmente, depois de criteriosa análise sobre a rentabilidade do investimento e seu impacto fiscal.

Hosana! Mas cuidado: essa decisão cautelosa não resolve a questão dos investimentos em geral que, no caso do Brasil, estão diminuindo desde 2002. E falar em crescimento econômico sem investimentos é jogar conversa fora. Cuidado também por outra razão: não adianta demonizar o FMI. De fato, a estabilização da moeda e a preocupação com manter a dívida sob controle (em nosso caso principalmente a interna) e, portanto, em gerar um superávit primário que a torne solvável, são requisitos, embora não suficientes, para o crescimento sustentável da economia, independentemente dos programas com o FMI.

É bom reafirmar que cabe a discussão sobre o nível adequado de superávit primário, sobre a diminuição da taxa básica de juros e, portanto, sobre a redução efetiva da dívida

como proporção do PIB. E nessa discussão deve-se considerar não só o superávit primário, mas o nominal (que no nosso caso está aumentando). Mas tudo isso, obviamente, no contexto de várias outras medidas capazes de gerar confiança e de estimular o crescimento.

Se demonizar o FMI não ajuda à economia, tampouco é conveniente endeusá-lo. O aval do Fundo a programas de estabilização deixou de ter o peso que um dia gozou junto a investidores e a credores privados. Por isso mesmo, o volume de empréstimos do Fundo para assegurar apoio a economias em dificuldades conjunturais aumenta a cada nova crise. E a verdade é que economias emergentes, como a brasileira, precisam de instituições que assegurem a liquidez quando necessário e, sobretudo, que funcionem como uma instância com credibilidade para, uma vez dado o aval, diminuir nosso grau de exposição às incertezas do mercado internacional.

A perda de eficácia do aval do Fundo junto aos mercados e as dificuldades de solvência das economias emergentes são processos que se vêm desenvolvendo ao longo das últimas décadas.

Em reunião realizada em março passado no Clube de Madri – instituição que presido e que é composta por 34 ex-chefes de estado e primeiros ministros –, avaliamos o papel do FMI tanto do ângulo econômico como político, para o fortalecimento (ou não) da democracia. Na ocasião foram estudados casos de sucesso por vários especialistas do Brasil, da Coréia e da Polônia, mas houve também várias referências aos problemas que a instituição vem enfrentando para desempenhar seu papel e as conseqüências negativas de alguns de seus programas. O ex-presidente Clinton e o ex-primeiro ministro Leonel Jospin analisaram o quadro mais amplo das vicissitudes da economia internacional, no qual as políticas do Fundo operam.

De fato, como se estivéssemos reverberando a pertinência das posições de John Maynard Keynes na polêmica com Harry Dexter White na conferência de Bretton Woods, deu-se ênfase à importância da ampliação dos direitos especiais de saque para a superação das crises. Foram mencionadas, com certa nostalgia, as pretensões originais de Keynes de fazer do Fundo um verdadeiro Banco Central dos bancos centrais. Na discussão entraram em pauta as deficiências de governança do Fundo, a começar pelo

desequilíbrio nos direitos de voto, que não guardam correspondência maior com a dimensão das economias nacionais. Também se apontou a falta de transparência nos processos decisórios e do próprio mecanismo de escolha do diretor-gerente.

Os pleitos pela reforma da arquitetura das instituições criadas em Bretton Woods (e não só o Fundo) perderam ímpeto nos últimos anos. A preocupação com o terrorismo acabou por valorizar mais o tema da defesa e da segurança do que o do desenvolvimento econômico. A ausência de interesse em Washington para a atualização das instituições que lidam com a economia global, e em particular do FMI, acelerou o desgaste delas perante o mercado. Mas as questões de base permanecem: como previra Keynes, os fluxos de comércio liberados requerem crescentemente fluxos de financiamentos. Sem instituições globais fortes e competentes que socorram quase preventivamente os países em desenvolvimento, serão eles os maiores pagadores da conta dos desajustes financeiros internacionais.

Por isso mesmo é tão importante colocar na perspectiva adequada a relação entre os governos e as instituições internacionais. Quanto mais fortes e competentes sejam elas e quanto mais democráticos e transparentes os processos de decisão, melhor para a economia global, mas, sobretudo, melhor para os mercados emergentes, tão sujeitos às tempestades especulativas e às atribulações próprias dos mercados financeiros. Isso, entretanto, não basta para colocar os países no caminho do desenvolvimento. Sem que governos e sociedades saibam o que reivindicar e sem que também eles tenham a competência e a força para entender que estabilidade, responsabilidade fiscal e medidas encorajadoras da confiança e do investimento são necessidades nacionais e não imposição externa, do FMI ou de quem seja, continuarão esbravejando contra demônios imaginários ou adorando deuses de barro.